

Categoria aprova e Pauta de Reivindicações é entregue à Cemig



Os diretores do Sindieletro, Jefferson Silva e Jairo Nogueira, assessorados pelo economista do Dieese na Subseção Sindieletro, Carlos Machado, apresentam a Pauta de Reivindicações ao diretor da Cemig, Thiago de Azevedo.

Entre os dias 5 e 10 deste mês, o Sindieletro realizou assembleias em todo o Estado para debater, definir e votar a Pauta de Reivindicações da categoria eletricitária para a Negociação Coletiva 2018. Com a aprovação dos eletricitários e eletricitárias, nossa Pauta foi aprovada e entregue à direção da empresa na terça-feira, 11.

Quem recebeu os representantes do Sindieletro foi o diretor de Relações Institucionais e Comunicação, Thiago de Azevedo. “Entregamos a pauta, esclarecemos os pontos e cobramos uma negociação na semana que vem, para dar agilidade” informa o coordenador Geral do Sindieletro, Jefferson Silva.

A reunião ainda contou com a presença do diretor Jairo Nogueira e o economista do Dieese na subseção do Sindieletro, Carlos Machado. A nossa pauta é enxuta e cobra a devida valorização do conjunto dos trabalhadores, como forma de mitigar os impactos do golpe sobre o orçamento das famílias. Por isso, cobramos o aumento real e o abono em substituição à PLR 2017. (Veja ao lado)

Acima de tudo, a partir de agora, cobramos agilidade nas respostas e no processo de negociação com os trabalhadores e trabalhadoras!

PAUTA

1) Aumento Real de 5,57% calculado com base no crescimento médio anual do fornecimento bruto de energia elétrica por trabalhador, nos últimos 3 anos;

.....

2) Abono Salarial no montante de R\$ 37 milhões distribuídos de forma linear para todos os trabalhadores (as) que não receberam PLR 2017;

.....

3) Reajuste de 28% no valor do limite de refeição fora do domicílio do trabalhador (a);

.....

4) Garantia de Emprego: As empresas se comprometem a conceder garantia de emprego e a manter os postos de trabalho atuais.

As empresas ficam impedidas de realizar dispensas imotivadas e arbitrárias no prazo de vigência do Acordo Coletivo de Trabalho, comprometendo-se ao cumprimento fiel das normas da Convenção 158ª da OIT.

.....

5) Mobilidade interna específica aos trabalhadores (as) em áreas de risco, aposentados em definitivo ou aposentados mediante tutela judicial provisória, para permitir que sejam transferidos para áreas sem exposição ao risco que originou o benefício previdenciário.

.....

6) Garantir política e implementação de normas para coibir e combater o assédio moral; apuração de denúncias de assédio moral recorrentes precisam ser tratadas de forma individual para evitar tratativas por gerentes como estratégia de gestão.

.....

7) Não promover quaisquer alterações estatutárias sobre Forluz e Cemig Saúde sem debate prévio com o Sindieletro. Priorizar a questão do atendimento da Unimed no interior do Estado.

.....

8) Apresentação imediata do PCCR para que o Sindicato possa analisar os termos da norma empresarial, considerando a elaboração unilateral do Plano.

A empresa deverá promover imediatamente o enquadramento dos eletricitistas contratados nos últimos seis anos e até a presente data, bem como, correção dos desvios de função existentes atualmente.

Acompanhe
as nossas
redes
sociais.



[instagram.com/sindieletro](https://www.instagram.com/sindieletro)

[Facebook.com/sindieletro](https://www.facebook.com/sindieletro)

WhatsApp: (31) 98489-7112

A resposta da classe trabalhadora será nas urnas!

As eleições gerais de 2018 serão realizadas no dia 7 de outubro. Nas urnas, o povo brasileiro escolherá o novo presidente da República, 27 governadores dos Estados e do Distrito Federal, 54 senadores,

além de deputados estaduais e federais.

Faltando pouco menos de um mês para o pleito, é fundamental que a classe trabalhadora brasileira entenda a importância desse momento para mudar os rumos do nosso

Resoluções sobre as eleições 2018

“Considerando que vivemos uma crise política, econômica e social, que resulta da e na aplicação de medidas que retiram direitos e preservam privilégios. Que a Igreja Católica vem se manifestando em notas e mensagens nas quais a CNBB se manifestou prontamente contrária as reformas abaixo. (...)”

Ressaltamos o compromisso da comunidade católica em não votar em parlamentares que pretendem se reeleger, mas que, no exercício de seu mandato, contrariaram as orientações produzidas pela CNBB, pela Província e pela Arquidiocese. (...)”

O Coletivo Arquidiocesano de Fé e Política cuidará de dar concretude a essa orientação por meio da produção de campanha que publicize o nome dos que votaram contrários às orientações da Igreja”.*

01

Emenda Constitucional 95/16 (PEC 241)

“A PEC 241 é injusta e seletiva. Ela elege, para pagar a conta do descontrolado dos gastos, os trabalhadores e os pobres, ou seja, aqueles que mais precisam do Estado para que seus direitos constitucionais sejam garantidos”. CNBB. Nota sobre a PEC 241. (27 out. 2016).

02

Terceirização irrestrita Lei 13.429/17

“A lei que permite a terceirização do trabalho, em tramitação no Congresso Nacional, não pode, em hipótese alguma, restringir os direitos dos trabalhadores. É inadmissível que a preservação dos direitos sociais venha a ser sacrificada para justificar a superação da crise.” Nota da CNBB sobre o momento nacional, (21/4/2015).

03

Reforma Trabalhista Lei 13.467/17

“Açodada, carente da participação adequada de todos os segmentos sociais envolvidos, o texto a votar está contaminado por inúmeras, evidentes e irreparáveis inconstitucionalidades e retrocessos de toda espécie, formais e materiais.” CNBB e outras entidades. Nota pública contrária ao projeto de reforma trabalhista. (10 jul. 2017).

* Resolução conjunta do Conselho Pastoral Arquidiocesano, Vicariato Episcopal para Ação Social e Política, Vicariato Episcopal para a Pastoral, do Núcleo de Estudos Sociopolíticos (NESP / PUC Minas) e Coletivo Arquidiocesano de Fé e Política da Arquidiocese de Belo Horizonte, de maio de 2018. Veja íntegra em nesp.pucminas.br

Coletivo Arquidiocesano de Fé e Política

país. Teremos, companheiros e companheiras, a chance de contra-atacar, através do voto e de forma democrática, aqueles que avançaram sobre os nossos direitos.

A Reforma Trabalhista, o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, a terceirização irrestrita, a tentativa de reforma da previdência e a entrega do patrimônio nacional (Pré-Sal e privatizações) são apenas alguns exemplos do que a política do golpe foi e é capaz de fazer contra o povo.

Diante desta conjuntura, várias entida-

des representativas dos direitos humanos, do povo e dos trabalhadores (as) têm se posicionado no sentido de conscientizar a população sobre quem são os responsáveis pelas medidas que retiraram direitos fundamentais da classe trabalhadora.

Daremos nossa resposta através da democracia, escolhendo representantes comprometidos com os direitos fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras. Aos golpistas, chegou a hora de dizer: não passarão! Nossa luta também é nas urnas!

Parlamentares mineiros que votaram em desacordo com as orientações da CNBB

01

Emenda Constitucional 95/16 (PEC 241)

Deputados aprovaram o congelamento dos investimentos nas áreas de saúde, educação, segurança pública e assistência social por 20 anos. Votação aconteceu em 26/10/16

02

Terceirização irrestrita Lei 13.429/17

Precarização das relações trabalhistas, redução de salários e alta rotatividade no mercado, com criação dos "empregos temporários" e perda do poder de compra.

03

Reforma Trabalhista Lei 13.467/17

O negociado prevalece sobre o legislado. Passa a valer apenas o acordo; sindicatos fragilizados; aumento da jornada de trabalho; contratação por hora trabalhada, com interrupção.

-  Ademir Camilo/PODE
-  Aelton Freitas/PR
-  Bilac Pinto/PR
-  Bonifácio Andrada/PSDB
-  Brunny/PR
-  Caio Nácio/PSDB
-  Carlos Melles/DEM
-  Dâmina Pereira/PSL
-  Delegado Edson Moreira/PR
-  Diego Andrade/PSD
-  Dimas Fabiano/PP
-  Domingos Sávio/PSDB
-  Eduardo Barbosa/PSDB
-  Eros Biondini/PROS
-  Fábio Ramalho/PMDB
-  Franklin Lima/PP
-  Jaime Martins/PSD
-  Laudívio Carvalho/SD
-  Leonardo Quintão/PMDB
-  Luís Tibé/AVANTE
-  Luiz Fernando Faria/PP
-  Marcelo Álvaro Antônio/PR
-  Marcelo Aro/PHS
-  Marcos Montes/PSD
-  Marcus Pestana/PSDB
-  Mário Heringer/PDT
-  Mauro Lopes/PMDB
-  Misaél Varella/DEM
-  Newton Cardoso Júnior/PMDB
-  Odelmo Leão/PP
-  Paulo Abi-Ackel/PSDB
-  Raquel Muniz/PSD
-  Rodrigo de Castro/PSDB
-  Rodrigo Pacheco/PMDB
-  Saraiva Felipe/PMDB
-  Stefano Aguiar/PSD
- Tenente Lúcio/PSB
- Toninho Pinheiro/PP
- Zé Silva/SD

-  Bilac Pinto/PR
-  Caio Nácio/PSDB
-  Carlos Melles/DEM
-  Delegado Edson Moreira/PR
-  Diego Andrade/PSD
-  Dimas Fabiano/PP
-  Domingos Sávio/PSDB
-  Eduardo Barbosa/PSDB
-  Fábio Ramalho/PMDB
-  Franklin Lima/PP
-  Leonardo Quintão/PMDB
-  Luís Tibé/AVANTE
-  Luiz Fernando Faria/PP
-  Marcelo Álvaro Antônio/PR
-  Marcos Montes/PSD
-  Marcus Pestana/PSDB
-  Mauro Lopes/PMDB
-  Paulo Abi-Ackel/PSDB
-  Raquel Muniz/PSD
-  Renato Andrade/PP
-  Renzo Braz/PP
-  Rodrigo de Castro/PSDB
-  Rodrigo Pacheco/PMDB
-  Saraiva Felipe/PMDB
-  Tenente Lúcio/PSB
-  Toninho Pinheiro/PP

-  Aelton Freitas/PR
-  Bilac Pinto/PR
-  Brunny/PR
-  Caio Nácio/PSDB
-  Carlos Melles/DEM
-  Delegado Edson Moreira/PR
-  Domingos Sávio/PSDB
-  Eduardo Barbosa/PSDB
-  Fábio Ramalho/PMDB
-  Franklin Lima/PP
-  Jaime Martins/PSD
-  Leonardo Quintão/PMDB
-  Luís Tibé/AVANTE
-  Luiz Fernando Faria/PP
-  Luzia Ferreira/PPS
-  Marcelo Aro/PHS
-  Marcos Montes/PSD
-  Marcus Pestana/PSDB
-  Mauro Lopes/PMDB
-  Misaél Varella/DEM
-  Newton Cardoso Júnior/PMDB
-  Paulo Abi-Ackel/PSDB
-  Raquel Muniz/PSD
-  Renzo Braz/PP
-  Rodrigo de Castro/PSDB
-  Rodrigo Pacheco/PMDB
-  Saraiva Felipe/PMDB
-  Tenente Lúcio/PSB
-  Toninho Pinheiro/PP

SENADORES MINEIROS

-  Antonio Anastasia/PSDB)
-  Aécio Neves/PSDB
-  Zezé Perrella/MDB



Adoecimentos mentais e suicídio: é possível prevenir

*A campanha contra o suicídio do Setembro Amarelo é oportunidade para lembrar do transtornos mentais que antecedem as tentativas de auto-extermínio (angústias, depressão, alterações de comportamento, bipolaridade, dentre outros).

No trabalho, os transtornos mentais têm ocupado importante papel nos afastamentos previdenciários. De acordo com dados do INSS, eles ocupam o terceiro lugar entre as causas de afastamentos.

Como causas desse elevado número de transtornos, podemos apontar o contexto econômico atual que alavanca o processo recente de precarização social, familiar e do trabalho: a crise econômica mundial e o movimento de globalização em curso. Esse cenário já resultou

em privatizações, a diminuição da proteção social e a redução de todos os serviços públicos.

A precarização coloca os trabalhadores à mercê de situações laborais adoecedoras. Além disso, atualmente temos ainda a ameaça do desemprego que coloca os indivíduos em profunda dependência de empregos precários. Esse contexto de instabilidade configura-se como campo fértil para a instalação de patologias do medo e angústia.

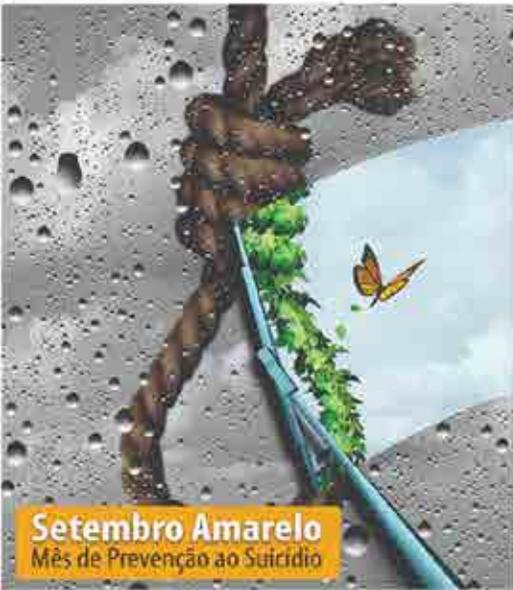
É preciso lembrar que o adoecimento pelo e no exercício profissional também é um acidente de trabalho. Portanto, o suicídio decorrente de um transtorno mental oriundo do contexto laboral, deve ser encarado como acidente de trabalho e registrado como tal.

É função das empresas, sobretudo uma estatal como a Cemig, garantir ambientes laborais saudáveis, que possibilitem o desenvolvimento do trabalhador, liberdade e diálogo constantes.

Por parte do trabalhador, destacamos que, para prevenir, é preciso falar, dialogar e, principalmente, melhorar as condições de vida e de trabalho. Diante de sinais de angústia e depressão, converse com seus colegas, com seus familiares e amigos e, acima de tudo, procure ajuda. Estamos aqui também para ouvir a todas e todos os trabalhadores.

**Julie Amaral, Psicóloga do Trabalho e Assessora da Secretária de Saúde do Trabalhador do Sindieleiro*

SUICÍDIO: uma pauta que pode salvar vidas.



O Observatório da Imprensa, em sua edição 892, levantou o importante debate sobre o suicídio como tema de reportagens. O texto, assinado pela jornalista Aline Imercio, questiona o papel social da imprensa na cobertura desse assunto.

Mesmo sendo um problema sério no Brasil e em outros países do mundo, o tema suicídio ainda é tabu na mídia. Quantas vezes você, leitor, ou você, jornalista, viu uma reportagem abordando de maneira crítica e responsável esse assunto? Poucas, não é? E essa prática, do silêncio, não deveria acontecer.

Entretanto, falar, debater e pautar esse assunto não necessariamente influencia que alguém cometa qualquer ato. Pelo contrário, traz luz, coloca em evidência um problema social e volta os olhos da sociedade sobre ele.

A jornalista finaliza seu texto com o seguinte questionamento: "Por que não trazer o assunto à tona de uma maneira correta, apurada e que possa ajudar muitas famílias a evitarem esse tipo de tristeza? Quantas pautas estamos perdendo sobre este assunto e quantas famílias deixamos de ajudar com esse tipo de orientação? É um debate que vale ser colocado à tona".

Falar é a melhor solução.

SINDIELEIRO-MG
Filiado à CUT

Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais
Rua Mucuri, nº 271 - Bairro Floresta - Belo Horizonte/MG CEP: 30150-190

Departamento de Comunicação do Sindieleiro-MG • **Diretores responsáveis:** Arcângelo Queiroz, Jefferson Silva e Vander Meira.

Assessor de Comunicação: Vinícius Avelar • **Edição:** Vinícius Avelar • **Redação:** Bendito Maia, Mariângela Castro, Maria Beatriz de Castro e Rosana Zica • **Diagramação:** Vinícius Avelar • **Cartunista:** Nilson • **Central de Informações:** Nizio Fernandes

Telefones: Sede: (31) 3238-5000 Fax: (31) 3238-5049 Regionais: Leste: (33) 3271-1200 - Mantiqueira: (32) 3333-7063 Metalúrgica: (31) 3238-5026 - Norte: (38) 3222-3600 - Oeste: (37) 3222-7611 - Triângulo: (34) 3212-5001 - Vale do Aço: (31) 3822-3003

E-mail: cinformacao@sindieletromg.org.br • **Distribuição exclusivamente eletrônica**